

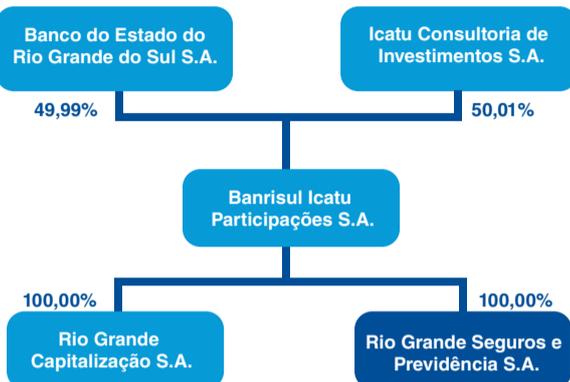
Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimento S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia tem como objeto a negociação de seguros de vida e previdência, majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul. Nessas Demonstrações, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é tratada pelo termo "Companhia".

2. Desempenho nas operações de seguros e previdência complementar aberta

A Companhia teve um exercício de recuperação no segmento de Vida, com o arrefecimento da pandemia. Apesar da economia no país e no mundo não apresentar um bom momento, a Companhia vem crescendo, como podemos verificar a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

Durante o ano de 2022, os prêmios ganhos foram de R\$ 691.552 (R\$ 652.703, em 2021),

representando um aumento de 6,0%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 161.586 (R\$ 170.599, em 2021), que representa uma sinistralidade de 22,8% em 2022 (24,6% em 2021), uma redução de 1,8 ponto percentual (p.p.).

Os custos de aquisição de seguros foram de R\$ 230.782 (R\$ 230.166 em 2021), que representa um índice de comissionamento de 32,6% em 2022 (33,1% em 2021), sem alteração expressiva.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência em 2022 foi de R\$ 884.913 (R\$ 718.287 em 2021).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2022, alcançou R\$ 280.922 (R\$ 236.156 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 3.949.214 (R\$ 2.813.667 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 40,4%.

O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2022, atingiu o montante de R\$ 136.298 (R\$ 158.489 em 31 de dezembro de 2021).

2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

Em 2022, as despesas administrativas foram de R\$ 136.997 (R\$ 126.509 em 2021), sendo 19,3% da receita bruta (18,2% em 2021).

Em 2022, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 34.262 (R\$ 17.832 em 2021), representando um aumento de 92,1%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – Selic – que afetou positivamente as aplicações financeiras da Companhia.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 94.002 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 121.203 em 31 de dezembro de 2021), apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 146%, (147% em 31 de dezembro de 2021).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		
CIRCULANTE	3.814.616	2.681.436
Disponível	20.125	30.694
Caixa e bancos	13.277	4.043
Equivalente de caixa	Nota 5	6.848
Aplicações	Nota 5	3.690.061
Créditos das operações com seguros e resseguros	48.477	45.796
Prêmios a receber	Nota 6	29.001
Operações com seguradoras	Nota 7	7.404
Operações com resseguradoras	Nota 8	12.072
Créditos das operações com previdência complementar	82	70
Outros créditos operacionais	Nota 9	12.521
Ativos de resseguro	Nota 10	8.796
Títulos e créditos a receber	3.107	2.382
Títulos e créditos a receber		1.978
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	1.047
Outros créditos		82
Despesas antecipadas	647	–
Administrativas		647
Custos de aquisição diferidos	30.800	31.710
Seguros	Nota 17	30.763
Previdência	Nota 18	37
ATIVO NÃO CIRCULANTE	134.598	132.231
Realizável a longo prazo		134.276
Aplicações	Nota 5	79.242
Ativos de resseguro	Nota 10	4.666
Títulos e créditos a receber	21.295	19.845
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	8.587
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 21.4	12.708
Outros bens e valores	–	448
Ativos de direito de uso		448
Custos de aquisição diferidos	29.073	31.515
Seguros	Nota 17	29.017
Previdência	Nota 18	56
Imobilizado	278	231
Intangível		44
TOTAL DO ATIVO	3.949.214	2.813.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2021	72.188	14.438	109.422	–	2.009	–	198.057	
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	(4.307)	–	(4.307)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 25/02/2021	–	–	(28.848)	–	–	–	(28.848)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 29/03/2021	–	–	(18.000)	–	–	–	(18.000)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 26/08/2021	–	–	(20.000)	–	–	–	(20.000)	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	63.173	63.173	
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(31.586)	(31.586)	
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	16.400	–	(16.400)	–	
Constituição reserva estatutária	–	–	15.187	–	–	(15.187)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.188	14.438	57.761	16.400	(2.298)	–	158.489	
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	–	(74)	–	(74)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 20/07/2022	–	–	(50.000)	–	–	–	(50.000)	
Dividendos intermediários pagos - AGE de 30/11/2022	–	–	–	–	–	(40.000)	(40.000)	
Dividendos adicionais propostos	–	–	(11)	(16.400)	–	–	(16.411)	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	88.588	88.588	
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(4.294)	(4.294)	
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	25.706	–	(25.706)	–	
Constituição reserva estatutária	–	–	18.588	–	–	(18.588)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.188	14.438	26.338	25.706	(2.372)	–	136.298	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido no ano	88.588	63.173
Constituição da reserva legal	–	–
Base para a distribuição de dividendos	88.588	63.173
Dividendos mínimos obrigatórios	44.294	31.586
Dividendos intermediários pagos	40.000	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	4.294	31.587
Dividendos adicionais propostos na AGO	25.706	16.400
Constituição de reserva estatutária	18.588	15.187

Nas demonstrações dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e declarados durante os anos de 2022 e de 2021 respectivamente.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e no momento está sendo validada a minuta da Política de Sustentabilidade, além da finalização do diagnóstico e do acompanhamento das exigências regulatórias que serão cumpridas dentro dos prazos estipulados.

Em 2022, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 180.112 em sinistros pagos (R\$ 153.832 em 2021), R\$ 137.997 (R\$ 78.000 em 2021) em pagamentos de dividendos, R\$ 126.659 (R\$ 119.405 em 2021) pagos a serviços de parceiros terceirizados, R\$ 30.827 (R\$ 21.410 em 2021) em tributos indiretos e R\$ 58.850 (R\$ 46.747 em 2021) em tributos diretos.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração.
Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	708.681	694.827
Contribuições para cobertura de riscos	2.768	1.336
Variação das provisões técnicas	(19.897)	(43.460)
Prêmios ganhos	25.1	691.552
Sinistros ocorridos	Nota 25.2	(161.586)
Custos de aquisição	Nota 25.3	(230.782)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 25.4	(29.665)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	269.519	227.451
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 25.5	(229)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	1.263.509	1.009.902
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(923.872)	(719.741)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 25.6	339.637
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	18.950	12.717
Variação de outras provisões técnicas	Nota 25.7	(339.994)
Custo de aquisição	(7.203)	(4.883)
Outras receitas (despesas) operacionais	13	217
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	11.403	8.705
Despesas administrativas	Nota 25.8	(136.997)
Despesas com tributos	Nota 25.9	(30.827)
Resultado financeiro	Nota 25.10	34.262
RESULTADO OPERACIONAL	147.131	109.920
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	307	–
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	147.438	109.920
Imposto de renda	Nota 26	(35.863)
Contribuição social	Nota 26	(22.987)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88.588	63.173
Quantidade de ações	2.091	2.091
Lucro líquido do exercício por ação	42,37	30,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88.588	63.173
Ativos financeiros disponíveis para venda	74	(4.306)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	124	(7.179)
Imposto sobre o ganho/perda originado (a) no exercício	(50)	2.873
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	88.662	58.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	88.588	63.173
Ajustes para:	1.856.708	1.377.648
Depreciação e amortizações	364	479
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(307)	(7)
Despesas de juros	7	-
Variação das provisões técnicas - seguros	1.738.241	1.292.491
Variação das provisões técnicas - previdência	60.416	40.562
Variação de impostos sobre o lucro	57.987	44.123
Varição nas contas patrimoniais		
Aplicações	(1.191.964)	(825.565)
Débitos/créditos das operações com seguros e resseguros	(17.658)	2.783
Débitos/créditos das operações com previdência complementar	(48)	39
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(727)	(3.250)
Créditos tributários e previdenciários	(58)	(3.983)
Ativo fiscal diferido	351	(4.082)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.801)	(676)
Custos de aquisição diferidos	3.352	4.412
Outros ativos	45.969	(17.834)
Outras contas a pagar	(15.282)	7.541
Juros pagos	5	-
Depósitos de terceiros	7.250	702
Provisões técnicas - seguros	(566.775)	(453.981)
Provisões técnicas - previdência complementar	(23.690)	(20.879)
Outros passivos	(454)	751
Caixa gerado pelas operações	183.766	126.798
Impostos sobre o lucro pagos	(57.368)	(45.326)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	126.398	81.472
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(100)	(93)
Intangível	1.374	(4)
Caixa líquido gerado/ consumido nas atividades de investimento	1.274	(97)
Atividades de financiamento		
Dividendos intermediários pagos	(137.997)	(78.000)
Pagamento de Arrendamento	(244)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(138.241)	(78.000)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(10.569)	3.376
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.694	27.318
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.125	30.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Consultoria de Investimento S.A., controlada direta da Icatu Seguros S.A..

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas Companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (Notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.4.2 e 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.13, 17 e 18).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguros, além das comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.

- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.

- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.

- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando as decisões de compra e venda são baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, todas as operações são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros "disponíveis para a venda" são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em resultados abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis".

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", com recebimento fixo ou determinável e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "Passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Redução ao valor recuperável

3.7.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Esse estudo é revisado, no mínimo, semestralmente.

3.7.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.8. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.8.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar - obrigações fiscais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Quando necessário o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuariamente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do patrimônio líquido.

3.11. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relacionados na nota explicativa 3.6.

3.12. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.13. Provisões técnicas

As Provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas data-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.13.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

3.13.2. Provisões de Benefícios Concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e o indexador definidos em cada uma das ações para os judiciais.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados.

- e, os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

(I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente.

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados. Ao compararmos os

resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais, que nada mais é do que os sinistros ocorridos e não avisados.

3.13.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

(I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run-off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.

(II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas “n” emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.13.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.13.7. Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações Financeiras.

3.13.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (*ABC, Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (*Allocated Loss Adjustment Expenses – ALAE*) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (*Unallocated Loss Adjustment Expenses – ULAE*), relacionando-os com o valor da despesa acordada contratualmente entre as seguradoras pela prestação de serviços.

3.13.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.13.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.14.

3.14. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutas de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2021-m e BR-EMSSb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em dezembro/2022. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSSm-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reequilíbrio dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. No que diz respeito a resseguro, os fluxos consideram uma projeção de repasse de prêmio de resseguro, com base nos últimos 12 meses, a ser aplicada sobre o fluxo do passivo e a sinistralidade é mensurada com base nos sinistros ocorridos que foram cobertos pelos contratos.

3.15. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões civis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.16. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.16.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 até a data efetiva do CPC 50.

3.16.2. CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento

e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na Declaração de Apetite de Riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizada o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizada a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição a perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 280.665, correspondentes a 92,40% (R\$ 264.924 correspondentes a 77,43% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 22.208 (R\$ 75.117 em 31 de dezembro de 2021).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 3.472.404 (R\$ 2.263.307 em 31 de dezembro de 2021).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 874 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 765 em 31 de dezembro de 2021). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitas a suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, a controlada adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua Política de Resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês do Grupo Icatu adequados, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVr de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como a produtos de Risco de Previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2022:

Tipo ressegurador	Rating	31/12/2022		31/12/2021	
		Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	9	0,03%	14	0,06%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	4.679	18,32%	2.802	12,63%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	11	0,04%	-	0,00%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	1.585	6,21%	-	0,00%
Local	AA- pela Standard & Poor's	12.401	48,56%	13.789	62,16%
Local	A- pela A. M. Best Company	4.778	18,71%	5.105	23,01%
Local	B++ pela A. M. Best Company	2.072	8,11%	473	2,14%
Total		25.535	100,00%	22.183	100,00%

4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a unidade de gestão de riscos, e revista anualmente. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico.

Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de

periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;

- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de risco	31/12/2022		31/12/2021	
	DIV-01	EWMA	DIV-01	EWMA
Pré-fixado – DI	-	0,95	-	(1)
Taxa referencial	-	0,95	-	0,90
IGPM	-	0,95	-	0,98
IPCA	(11)	0,95	1,079	79,168
Ações	-	0,95	-	0,96

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos da Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais de seus fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2022			
	De 1 a 2 Acima de 2			
	Até 1 ano	anos	anos	Total
Caixa e bancos	13.277	-	-	13.277
Equivalente de caixa	6.848	-	-	6.848
Aplicações financeiras	769.674	551.466	2.448.162	3.769.302
Crédito das operações de seguros e previdência	61.080	-	-	61.080
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8.796	1.807	2.859	13.462
Títulos e créditos a receber	24.403	-	-	24.403
Total de ativos	884.078	553.273	2.451.021	3.888.372
Contas a pagar	25.239	10.030	-	35.269
Provisões técnicas	876.082	925.885	1.940.923	3.742.890
Débito das operações	25.695	-	-	25.695
Depósitos de terceiros	8.686	-	-	8.686
Total de passivos	935.702	935.915	1.940.923	3.812.540

Ativos e passivos	31/12/2021			
	De 1 a 2 Acima de 2			
	Até 1 ano	anos	anos	Total
Caixa e bancos	4.043	-	-	4.043
Equivalente de caixa	26.651	-	-	26.651
Aplicações financeiras	753.805	302.814	1.520.843	2.577.462
Crédito das operações de seguros e previdência	106.641	-	-	106.641
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9.389	1.503	1.844	12.736
Títulos e créditos a receber	12.300	-	-	12.300
Total de ativos	912.829	304.317	1.522.687	2.739.833
Contas a pagar	45.676	-	-	45.676
Provisões técnicas	682.797	679.765	1.172.136	2.534.698
Débito das operações	41.415	-	-	41.415
Depósitos de terceiros	1.435	-	-	1.435
Total de passivos	771.323	679.765	1.172.136	2.623.224

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco operacional

Risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos, que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de gradação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a gradação de impacto é idêntica à utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve contratos de seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2022

Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	60.338	189.197	249.535
Prestamista	1.261	299.300	300.561
Acidentes pessoais	16.778	82.306	99.084
Outros	-	42.372	42.372
Total seguros	78.377	613.175	691.552

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2021

Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	61.414	175.925	237.339
Prestamista	-	291.042	291.042
Acidentes pessoais	18.026	73.268	91.294
Outros	-	33.027	33.027
Total seguros	79.440	573.262	652.702

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2022

Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	61.163	186.952	248.115
Prestamista	3.513	294.960	298.473
Acidentes pessoais	16.961	81.926	98.887
Outros	-	37.296	37.296
Total seguros	81.637	601.134	682.771

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2021

Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	61.414	174.483	235.897
Prestamista	-	289.650	289.650
Acidentes pessoais	18.026	72.941	90.967
Outros	-	29.181	29.181
Total seguros	79.440	566.255	645.695

A distribuição de rendas de contribuições e prêmios de VGBL está concentrada na região Sul, totalizando R\$ 339.637 (R\$ 290.161 em 31/12/2021).

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pela equipe de gestão de riscos e controles internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a administração da Companhia e, em seguida, avaliados e tratados conforme níveis de criticidade apurados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022, esse valor era de: R\$ 6.848 (R\$ 26.651 em 31 de dezembro de 2021).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 82.971 (R\$ 108.505 em 31 de dezembro 2021). Dessa forma, as perdas não realizadas e registradas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", montam R\$ 3.954, brutos de tributos e R\$ 2.372, líquidos de tributos (perda de R\$ 3.830, brutos de tributos e R\$ 2.298, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2021).

5.1. Saldos de aplicações financeiras

A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-base de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado anteriormente.

	31/12/2022					Valor contábil/valor de mercado	Percentual contábil das aplicações/percentual de mercado das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses		
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:							
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		727	-	-	-	727	0,02%
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos bloqueio judicial		225	-	-	-	225	0,01%
Quotas de fundos de investimento – exclusivos		73.447	695.275	2.607.886	312.726	3.689.334	97,70%
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)		73.437	611.138	2.475.103	312.726	3.472.404	91,96%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	68.865	132.783	-	201.648	5,34%
Operações compromissadas	SELIC	-	15.360	-	-	15.360	0,41%
Outros		10	(88)	-	-	(78)	0,00%
Total		74.399	695.275	2.607.886	312.726	3.690.286	97,73%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:							
Operações compromissadas	SELIC	-	6.848	-	-	6.848	0,18%
Total		-	6.848	-	-	6.848	0,18%
III. Títulos disponíveis para venda:							
Quotas de fundos de investimento – exclusivos							
Nota do tesouro nacional – IPCA	IPCA + 3,20%	-	-	79.017	-	79.017	2,09%
Total		-	-	79.017	-	79.017	2,09%
Total das aplicações financeiras		74.399	702.123	2.686.903	312.726	3.776.151	100,00%
Circulante						3.696.908	0,00%
Não circulante						79.242	2,10%

	31/12/2021					Valor contábil/valor de mercado	Percentual contábil das aplicações/Percentual de mercado das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses		
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:							
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		646	-	-	-	646	0,02%
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos – bloqueio judicial		200	-	-	-	200	0,01%
Quotas de fundos de investimento – exclusivos		95.896	629.029	1.341.249	405.767	2.471.941	94,93%
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)		95.887	511.782	1.249.871	405.767	2.263.307	86,91%
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	68.871	91.378	-	160.249	6,16%
Operações compromissadas	SELIC	-	48.466	-	-	48.466	1,86%
Outros		9	(90)	-	-	(81)	0,00%
Total		96.742	629.029	1.341.249	405.767	2.472.787	94,96%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:							
Operações compromissadas	SELIC	-	26.651	-	-	26.651	1,02%
Total		-	26.651	-	-	26.651	1,02%
III. Títulos disponíveis para venda:							
Quotas de fundos de investimento – exclusivos							
Nota do tesouro nacional – IPCA	IPCA+3,60%	-	28.033	76.642	-	104.675	4,02%
Total		-	28.033	76.642	-	104.675	4,02%
Total das aplicações financeiras		96.742	683.713	1.417.891	405.767	2.604.113	100,00%
Circulante						2.527.271	
Não circulante						76.842	

5.2. Movimentação por categorias de aplicações financeiras

	Valor justo por meio de resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2021			
(+) Aplicações	1.702.525	80.894	1.783.419
(-) Resgates	(1.651.258)	(75.028)	(1.726.286)
(-) Rendimentos	(941.509)	(58.039)	(999.548)
(+) Rendimentos	87.164	13.971	101.135
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(7.179)	(7.179)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	2.499.438	104.675	2.604.113
(+) Aplicações	1.889.595	-	1.889.595
(-) Resgates	(1.040.528)	(34.945)	(1.075.473)
(+) Rendimentos	348.629	9.411	358.040
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(124)	(124)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	3.697.134	79.017	3.776.151

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos, são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 – que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
de resultado:	3.008.289	688.845	3.697.134
Ativos de cias. abertas	1.102	-	1.102
Opções	(2)	106	104
Futuros	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	2.158.915	-	2.158.915
Notas do tesouro nacional	321.167	-	321.167
Letras do tesouro nacional	171.910	43.494	215.404
Debêntures de distribuição pública	-	334.181	334.181
Operações compromissadas	355.197	-	355.197
Letras financeiras	-	170.635	170.635
Certificados de depósito bancário	-	6.447	6.447
Fundos de investimento não exclusivos	-	727	727
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	73.553	73.553
Notas promissórias	-	35.543	35.543
Certificados de recebíveis imobiliários	-	27.670	27.670
Outras aplicações	-	(3.736)	(3.736)
Quotas de fundos de investimento - Não exclusivos bloqueio judicial	-	225	225
II. Títulos disponíveis para venda:	79.017	-	79.017
Notas do tesouro nacional	79.017	-	79.017
Total (I + II)	3.087.306	688.845	3.776.151

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
de resultado:	2.058.193	441.245	2.499.438
Ações de cias abertas	42	-	42
Letras financeiras do tesouro	1.297.068	-	1.297.068
Notas do tesouro nacional	255.179	2.539	257.718
Letras do tesouro nacional	151.632	-	151.632
Debêntures de distribuição pública	-	243.875	243.875
Operações compromissadas	354.272	-	354.272
Letras financeiras	-	90.268	90.268
Certificados de depósito bancário	-	7.966	7.966
Fundos de investimento não exclusivos	-	646	646
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	96.418	96.418
Notas promissórias	-	1.935	1.935
Outras aplicações	-	(2.602)	(2.602)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos - bloqueio judicial	-	200	200
II. Títulos disponíveis para venda:	104.675	-	104.675
Notas do tesouro nacional	104.675	-	104.675
Total (I + II)	2.162.868	441.245	2.604.113

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Os prêmios a receber, por ramo, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Prestamista	7.769	9.643
Auxílio funeral	221	130
Acidentes pessoais coletivo	6.367	5.868
Vida em grupo	14.766	11.078
Outros	46	214
Total de prêmios a receber bruto	29.169	26.933
Provisão para redução ao valor recuperável	(168)	(71)
Total de prêmios a receber	29.001	26.862

6.2. Movimentação de prêmios a receber

Os prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	26.933	37.267
(+) Prêmios emitidos	727.678	702.212
(+) IOF	4.017	3.327
(-) Prêmios cancelados	(18.997)	(7.385)
(-) Recebimentos	(710.462)	(708.488)
Prêmios a receber bruto	29.169	26.933
Saldo inicial	(71)	(49)
(-) Constituição	(1.417)	(674)
(+) Reversão	1.320	652
Provisão para redução ao valor recuperável	(168)	(71)
Prêmios a receber líquidos	29.001	26.862

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2022		
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	28.970	(19)	28.951
Vencidos			
1 até 30 dias	75	(27)	48
31 até 60 dias	11	(9)	2
Acima de 60 dias	114	(114)	-
Total	29.170	(168)	29.001

	31/12/2021		
	Prêmios a receber bruto		



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários":

	31/12/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2022
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido	1.743	14.324	(13.952)	2.115
Diferenças temporárias	786	1.099	(758)	1.127
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	957	13.225	(13.194)	988
Contribuição social diferida	1.046	8.594	(8.371)	1.269
Diferenças temporárias	471	659	(455)	675
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	575	7.935	(7.916)	594
PIS e COFINS diferidos	6.149	395	(1.341)	5.203
PIS e COFINS diferidos	6.149	395	(1.341)	5.203
Total de créditos fiscais diferidos	8.938	23.313	(23.664)	8.587
Total de créditos e débitos diferidos	8.938	23.313	(23.664)	8.587

	01/01/2021	Consti- tuição	Realização/ reversão	31/12/2021
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido	1.877	4.856	(4.990)	1.743
Diferenças temporárias	1.877	1.083	(2.174)	786
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	3.773	(2.816)	957
Contribuição social diferida	1.126	2.872	(2.952)	1.046
Diferenças temporárias	1.126	649	(1.304)	471
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	2.223	(1.648)	575
PIS e COFINS diferidos	-	6.808	(659)	6.149
PIS e COFINS diferidos	-	6.808	(659)	6.149
Total de créditos fiscais diferidos	3.003	14.536	(8.601)	8.938
Passivo não circulante				
Imposto de renda diferido	837	3.025	(3.862)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	837	3.025	(3.862)	-
Contribuição social diferido	502	1.815	(2.317)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	502	1.815	(2.317)	-
Total de débitos fiscais diferidos	1.339	4.840	(6.179)	-
Total de créditos e débitos diferidos	1.664	9.696	(8.422)	8.938

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2023. Essa MP, aumentou em 1% a alíquota da CSLL de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias - 2022 a 2031		
2022*	545	0%
2023	144	7%
2024	144	8%
2025	144	8%
2026	144	8%
2027	162	9%
2028 a 2032	1.063	60%
Total geral	1.802	100%

(* 2022 não compõe o total das diferenças temporárias)

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias		
Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2022	31/12/2021
Provisão p/ contingências fiscais	42	58
Outras provisões	1.031	597
Fundo de marketing	2.000	2.259
PIS COFINS diferido	(5.203)	(6.149)
Atualização depósito judicial	(3.395)	(2.384)
COFINS exigibilidade suspensa	8.628	7.537
PIS exigibilidade suspensa	1.402	1.225
Total das provisões temporárias	4.505	3.143
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	1.127	786
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	675	471
Total	1.802	1.257

12. Obrigações a pagar

São classificadas no passivo circulante e tem como finalidade o registro das obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data-base das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	-	114
Dividendos a pagar	4.294	31.587
Pagamentos a realizar	-	17.590
Provisão fundo de marketing	2.000	2.259
Prestação de serviços compartilhados	9.728	9.405
Outras contas a pagar	162	320
Total	16.184	61.275

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	31/12/2022	31/12/2021
IR	1.777	1.532
CSLL	1.659	1.726
COFINS	2.094	1.715
PIS	340	279
Total	5.870	5.252

14. Débito das operações - operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de resseguro cedido a pagar	8.965	6.558
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	8.708	6.301

15. Débito das operações - corretores de seguros e resseguros

São comissões e pró-labores a pagar a corretores, pelos contratos de seguros vendidos em nome da Companhia, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões riscos emitidos diretos	1.131	16.608
Comissões RVNE	8.597	8.281
Comissões cosseguro aceito	2.524	3.707
Comissão cosseguro aceito RVNE	428	576
Pró-labore	1.494	742
Total corretores de seguros e resseguros	14.174	29.914

16. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
1 até 30 dias	8.345	1.344
31 até 60 dias	91	15
61 até 120 dias	57	16
121 até 180 dias	1	4
181 até 365 dias	38	8
Acima de 365 dias	154	48
Total	8.686	1.435

17. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas referentes aos contratos de seguros emitidos pela Companhia, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas - seguros	31/12/2022			31/12/2021		
	Pessoas	Sobrevi- vência	Total	Pessoas	Sobre- vivência	Total
Circulante						
Prêmios não ganhos	51.247	-	51.247	42.529	-	42.529
Prêmios não ganhos - RVNE	13.045	-	13.045	12.322	-	12.322
Sinistros a liquidar						
administrativo	36.956	-	36.956	61.106	-	61.106
Sinistros a liquidar judicial	3.913	-	3.913	6.472	-	6.472
Excedente técnico	79	-	79	-	-	-
Sinistros ocorridos mas não avisados	30.950	-	30.950	27.562	-	27.562
Benefícios a conceder	-	686.192	686.192	-	481.455	481.455
Benefícios concedidos	-	131	131	-	118	118
Resgates e/ou outros valores a regularizar	-	4.846	4.846	-	7.946	7.946
Provisão para despesas relacionadas	1.477	1	1.478	1.191	-	1.191
Total	137.667	691.170	828.837	151.182	489.519	640.701
Não circulante						
Prêmios não ganhos	72.505	-	72.505	62.048	-	62.048
Sinistros a liquidar						
administrativo	3.013	-	3.013	4.385	-	4.385
Sinistros a liquidar judicial	11.618	-	11.618	7.519	-	7.519
Excedente técnico	-	-	-	79	-	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	25.448	-	25.448	25.185	-	25.185
Benefícios a conceder	-	2.581.390	2.581.390	-	1.611.827	1.611.827
Benefícios concedidos	-	1.311	1.311	-	1.340	1.340
Provisão para despesas relacionadas	953	4	957	527	2	529
Total	113.537	2.582.705	2.696.242	99.743	1.613.169	1.712.912
Total geral	251.204	3.273.875	3.525.079	250.925	2.102.688	2.353.613

	01/01/2021	Constituições	Amortizações	31/12/2021	Constituições	Amortizações	31/12/2022
Custo de aquisição diferido	67.539	6.823	(11.247)	63.115	6.306	(9.641)	59.780
Total	67.539	6.823	(11.247)	63.115	6.306	(9.641)	59.780
Circulante	33.305	3.540	(5.169)	31.676	3.726	(4.639)	30.763
Não Circulante	34.234	3.283	(6.078)	31.439	2.580	(5.002)	29.017

17.1. Análise de sensibilidade - seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado.

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o stress de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Variável	Coberturas de risco: Premissas	Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% de sinistralidade	(4.267)	(4.067)	(5.184)	(4.901)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	4.267	4.067	5.184	4.901

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - previdência complementar

As provisões técnicas - previdência e os custos de aquisição diferidos estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios não ganhos	127	-	127	103	-	103
Benefícios a conceder	43.012	161.809	204.821	39.106	130.920	170.026
Benefícios concedidos	1.232	8.702	9.934	1.129	8.049	9.178
Sinistros a liquidar administrativo	601	-	601	609	-	609
Sinistros a liquidar judicial	263	-	263	264	-	264
Eventos ocorridos mas não avisados	1.310	-	1.310	707	-	707
Provisão de despesas relacionadas	7	55	62	2	20	22
Resgates e/ou outros valores a regularizar	690	-	690	176	-	176
Provisão de excedente financeiro	3	-	3	-	-	-
Total	47.245	170.566	217.811	42.096	138.989	181.085

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de previdência complementar estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas	31/12/2021	Constituições	Reversões	Atualização monetária	31/12/2022
Prêmios não ganhos	103	151	(127)	-	127
Benefícios a conceder	170.026	45.634	(31.716)	20.877	204.821
Benefícios concedidos	9.178	1.119	(1.276)	913	9.934
Sinistro a liquidar	873	3.045	(3.078)	24	864
Sinistros ocorridos mas não avisados	707	650	(47)	-	1.310
Resgates e/ou outros valores a regularizar	176	3.301	(2.787)	-	690
Provisão de despesas relacionadas	22	41	(1)	-	62
Provisão de excedente financeiro	-	6	(3)	-	3
Total	181.085	53.947	(39.035)	21.814	217.811

Provisões técnicas	01/01/2021	Constituições	Reversões	Atualização monetária	31/12/2021
Prêmios não ganhos	82	85	(64)	-	103
Benefícios a conceder	150.988	40.698	(27.868)	6.208	170.026
Benefícios concedidos	7.726	1.405	(1.840)	1.887	9.178
Sinistro a liquidar	1.136	8.208	(8.513)	42	873
Sinistros ocorridos mas não avisados	510	237	(40)	-	707
Resgates e/ou					



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

19. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	141.689	707.880
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	181.781	-	572.384
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.980	-	-	387.325
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.933	-	-	-	283.480
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.764	-	-	-	-	185.071
5+ anos após o aviso	6.434	47.530	56.775	-	-	-	-	-	110.739
6+ anos após o aviso	6.431	47.564	-	-	-	-	-	-	53.995
7+ anos após o aviso	6.432	-	-	-	-	-	-	-	6.432
Estimativa na data base (2022) (a)	6.432	47.564	56.775	74.764	98.933	101.980	181.781	141.689	709.918
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.479	56.104	72.667	89.481	98.039	174.500	109.866	653.555
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	13	1.085	671	2.097	9.452	3.941	7.281	31.823	56.363
Sinistros a liquidar total									56.363

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	145.180	134.586	673.889
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	96.353	171.226	-	550.779
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	96.539	-	-	372.506
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.677	-	-	-	274.560
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.600	-	-	-	-	182.284
5+ anos após o aviso	6.420	47.349	56.259	-	-	-	-	-	110.028
6+ anos após o aviso	6.417	47.336	-	-	-	-	-	-	53.753
7+ anos após o aviso	6.418	-	-	-	-	-	-	-	6.418
Estimativa na data base (2022) (a)	6.418	47.336	56.259	72.600	92.677	96.539	171.226	134.586	677.641
Pagamentos efetuados (b)	6.405	46.364	55.588	71.228	86.467	92.818	164.027	104.035	626.932
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	13	972	671	1.372	6.210	3.721	7.199	30.551	50.709
Sinistros a liquidar total									50.709

20. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas - seguros e previdência:	3.742.890	2.534.698
Ajustes:		
Direito creditório	(13.351)	(12.633)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a)	(38.418)	(29.243)
Provisões técnicas - resseguros (redutores) (b)	(9.197)	(10.112)
Total a ser coberto	3.681.924	2.482.710
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	3.768.351	2.576.616
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	727	646
Equivalente de caixa	6.848	26.651
Total dos ativos vinculados	3.775.926	2.603.913
Ativos bloqueio judicial - não vinculado a cobertura de reserva	225	200
Total de aplicações	3.776.151	2.604.113
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	94.002	121.203

(a) Custos de aquisição diferidos: Circulante R\$ 30.800 e Não circulante R\$ 29.073 total R\$ 59.873, sendo redutores R\$ 38.418 e não redutores R\$ 21.454.

(b) Ativos de resseguro - provisões técnicas: Circulante R\$ 8.797 e Não circulante R\$ 4.666 total de R\$ 13.463, sendo redutores R\$ 9.197 e não redutores R\$ 4.266.

21. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

21.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados a contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na provisão de sinistros a liquidar, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (Notas 17 e 18). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados a contratos existentes, de acordo com a probabilidade:

	Causas cíveis - relacionadas a sinistros/benefícios					
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2021	
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	64	6.505	6.505	46	5.246	5.246
Possível	151	16.386	-	124	12.691	-
Remoto	8	810	-	7	585	-
Total	223	23.701	6.505	177	18.522	5.246

21.2. Outros débitos - provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "Outros débitos" conforme demonstrado a seguir:

	Causas cíveis - não relacionados a sinistros/benefícios					
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2021	
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	23	333	333	13	334	334
Possível	181	6.126	-	101	2.980	-
Remota	11	242	-	11	127	-
Total	215	6.701	333	125	3.441	334

	Causas fiscais					
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2021	
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1	43	43	1	58	58
Possível	5	1.510	-	5	1.908	-
Total	6	1.553	43	6	1.966	58

	Causas trabalhistas					
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2021	
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	-	-	-	1	358	-
Total	-	-	-	1	358	-
Total geral	221	8.254	376	132	5.765	392

21.3. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

Na rubrica "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
COFINS	7.537	369	722	8.628
PIS	1.225	60	117	1.402
Total - obrigações fiscais	8.762	429	839	10.030

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
COFINS	6.440	886	211	7.537
PIS	1.047	144	34	1.225
Total - obrigações fiscais	7.487	1.030	245	8.762

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.597	1.402	9.829	8.628	11.426	10.030
Total 31/12/2022	1.597	1.402	9.829	8.628	11.426	10.030

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.386	1.225	8.530	7.537	9.916	8.762
Total 31/12/2021	1.386	1.225	8.530	7.537	9.916	8.762

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.

21.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	1.240	952
Fiscais	11.468	9.955
Total depósitos judiciais	12.708	10.907

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	9.955	9.403
Adições	956	975
Atualização monetária	557	326
Baixa	-	(749)
Saldo final	11.468	9.955

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

22.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros de R\$ 70.776 (R\$ 88.599 em 31 de dezembro de 2021) são compostas por:

(i) Reserva legal em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2021) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor;

(ii) A Reserva estatutária, no valor de R\$ 26.338 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 57.761 em 31 de dezembro de 2021), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

22.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de uma perda de R\$ 2.372 (R\$ 2.298 em 31 de dezembro de 2021).

22.4. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

22.5. Distribuição do resultado

	2022	2021
Lucro líquido no ano	88.588	63.173
Constituição de reserva legal	-	-
Base para distribuição de dividendos	88.588	63.173
Dividendos mínimos obrigatórios	44.294	31.586
Dividendos intermediários pagos	40.000	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	4.294	31.587
Dividendos adicionais propostos na AGO	25.706	16.400
Constituição de reserva estatutária	18.588	15.187

Adicionalmente, a Companhia distribuiu R\$ 50.000 de dividendos em junho de 2022, oriundos da reserva de lucros constituída com resultados de anos anteriores.

22.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	136.298	158.489
Ajustes contábeis	(16.465)	(24.967)
Despesas antecipadas	(648)	(3)
Ativos intangíveis	(44)	(3)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(15.773)	(24.961)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	45.314	32.870
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	870	469
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	44.444	32.401
Subtotal PLA - nível	165.147	166.492
PLA Nível I	111.246	124.584
PLA Nível II	45.314	32.970
PLA Nível III	8.587	8.938
PLA (total) = PL + ajust. cont. + ajust. econ. + ajust. do exc. de nível 2 e 3 (d = a+b+c)	165.147	166.392
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	3.688	8.087
Capital de risco de subscrição	104.315	102.668
Capital de risco - mercado	4.845	3.441
Capital de risco - redução por correlação	(5.307)	(6.313)
Capital de risco - operacional	5.241	5.108
Capital de risco (CR) (b)	112.782	112.991
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	112.782	



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

25.5. Resultado com operações de resseguro – seguros e previdência

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de indenização - seguros	7.407	10.348
Recuperação de indenização de benefícios - previdência	186	486
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(10.255)	(7.893)
Prêmio cedido em resseguro - previdência	(166)	(67)
Variação dos sinistros ocorridos - seguros	839	-
Variação das provisões técnicas - seguros	1.566	977
Variação das provisões técnicas - previdência	74	-
Outros resultados com operações de resseguro	120	-
Total	(229)	3.851

25.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	1.237.559	982.662
Receitas de contribuições planos	27.969	28.176
Restituições	(2.019)	(936)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	1.263.509	1.009.902
PMBAC - planos de renda	(923.872)	(719.741)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(923.872)	(719.741)
Total	339.637	290.161

25.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2022	31/12/2021
PPNG – Planos repartição simples	(2)	(7)
PPNG – Planos de renda	(22)	(14)
PVR – Planos renda	(338.781)	(289.640)
Despesas com benefícios e resgates	(1.016)	(510)
Outras provisões	(173)	664
Total	(339.994)	(289.507)

25.8. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(957)	-
Serviços de terceiros	(126.659)	(119.405)
Localização e funcionamento	(925)	(661)
Publicidade e propaganda	(6.875)	(5.188)
Publicações	(135)	(191)
Donativos e contribuições	(1.404)	(976)
Despesas administrativas diversas	(42)	(88)
Total	(136.997)	(126.509)

25.9. Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	(868)	(656)
COFINS	(23.183)	(15.804)
PIS	(3.768)	(2.570)
Taxa de Fiscalização	(2.936)	(2.335)
Outras Despesas com Tributos	(72)	(45)
Total	(30.827)	(21.410)

Conselho de administração

Presidente: Luciano Snel Corrêa

Vice-presidente: Claudio Coutinho Mendes

Demais Conselheiros: Ademair Schardong; Claudio Leite Gastal; Cidmar Luis Stoffel; Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.13, 3.14, 17 e 18 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13, 3.14, 17 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos. - conciliação dos registros analíticos suporte a PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis. - teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente. - com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.	

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações,

25.10. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Categoria - valor justo por meio do resultado	349.805	90.980
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	348.629	87.164
Outras receitas financeiras	1.176	3.816
Categoria - disponível para venda	9.411	13.971
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	9.411	13.971
Total - receitas financeiras	359.216	104.951
Categoria - valor justo por meio do resultado	(142)	(3.414)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(142)	(3.414)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - previdência	(21.817)	(8.137)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - seguros	(301.827)	(74.970)
Outras despesas financeiras	(1.168)	(598)
Total - despesas financeiras	(324.954)	(87.119)
Total	34.262	17.832

26. Conciliação dos imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda sobre a pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

Com a aprovação da MP Nº 1.115, a alíquota da CSLL passou de 15% para 16% a partir de 1º de agosto de 2022 e retornou a 15% a partir de 01 de janeiro de 2023.

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	147.438	147.438	109.920	109.920
Adições	9.582	9.582	5.973	5.973
Adição permanente	360	360	-	-
Doações e patrocínios indedutíveis	1.364	1.364	947	947
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	70	70
Outras provisões	441	441	1.263	1.263
PIS e COFINS diferido	6.149	6.149	2.418	2.418
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.268	1.268	1.275	1.275
Exclusões	(6.740)	(6.740)	(9.389)	(9.389)
Outras provisões	(510)	(510)	(856)	(856)
PIS e COFINS diferido	(5.203)	(5.203)	(6.149)	(6.149)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(17)	(17)	-	-
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(1.010)	(1,010)	(2,384)	(2,384)
Resultado ajustado	150.280	150.280	106.504	106.504
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%+1%	15% + 10%	15%+5%
Despesas com IRPJ/CSLL	(37.563)	(23.191)	(26.659)	(19.289)
Incentivos fiscais	1.364	-	947	-
Reversão da provisão de créditos tributários	336	204	(1,091)	(654)
Despesas com IRPJ/CSLL	(35.863)	(22.987)	(26.803)	(19.944)
Alíquota efetiva - Resultado antes dos tributos	24,3%	15,6%	24,4%	18,1%

27. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2022 da Icatu Seguros S.A.

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6



continua



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Porto Alegre - RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Seguros e Previdência S.A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que

garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências não materiais na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo

sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.
Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0002-36
R. do Passeio, nº 38 - 20021-290 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil



Anexo I
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
(em milhares)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2022
Total de provisões técnicas auditadas	3.742.890
Total de ativos de resseguro	13.462
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros sem redução RvR	12.513
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022
Provisões Técnicas auditadas (a)	3.742.890
Valores redutores auditados (b)	60.966
Total a ser coberto (a-b)	3.681.924
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	112.782
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	112.782
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	165.147
Ajustes Econômicos do PLA	45.314
Exigência de Capital (CMR) (b)	112.782
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	52.365
Ativos Garantidores (d)	3.775.926
Total a ser Coberto (e)	3.681.924
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	94.002
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022
0990	400
0929, 0977, 0982, 0984, 0993, 1061, 1065, 1198, 1381, 1391	2.000

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- agencias@jornaldocomercio.com.br
- comercial@jornaldocomercio.com.br
- (51) 3213-1333 / 3213-1338
- (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC